

Roberto Vecchi

# EXCEPÇÃO ATLÂNTICA

Pensar a Literatura da Guerra Colonial

**Título:** Excepção Atlântica. Pensar a Literatura da Guerra Colonial

**Autor:** Roberto Vecchi

© 2010, Roberto Vecchi e Edições Afrontamento

**Capa:** Departamento Gráfico das Edições Afrontamento

**Imagem da capa:** «Nada mais resta», de Bertina Lopes. Coleção privada. Foto de Sergio Guastella

**Edição:** Edições Afrontamento, Lda. / Rua Costa Cabral, 859 / 4200-225 Porto

[www.edicoesafrontamento.pt](http://www.edicoesafrontamento.pt) | [geral@edicoesafrontamento.pt](mailto:geral@edicoesafrontamento.pt)

**Colecção:** Textos/80

**N.º de edição:** 1304

**ISBN:** 978-972-36-1100-7

**Depósito legal:** 312959/10

**Impressão e acabamento:** Rainho & Neves Lda. / Santa Maria da Feira

[geral@rainhoeneves.pt](mailto:geral@rainhoeneves.pt)

**Distribuição:** Companhia das Artes – Livros e Distribuição, Lda.

[comercial@companhiadasartes.pt](mailto:comercial@companhiadasartes.pt)

Julho de 2010

## Prefácio

A Exceção Atlântica: pensar a literatura da Guerra Colonial, de Roberto Vecchi, parte da provocação lançada por Eduardo Lourenço no ensaio Portugal como destino: dramaturgia cultural portuguesa, ao definir a situação portuguesa com a expressão «insólita exceção portuguesa» (Lourenço, 1999: 11). Exceção, nas suas várias declinações etimológicas, conceptuais e contextuais, é portanto o conceito estrutural que une organicamente as reflexões de Roberto Vecchi apresentadas neste livro sobre Portugal, pensado a partir de um dos episódios mais trágicos da nossa contemporaneidade – a Guerra Colonial – e as suas representações literárias. Exceção que explica o geral – a história de Portugal – e que se explica a si própria.

Na verdade, desde a sua fundação Portugal foi visto e viu-se como uma exceção. Exceção tomada historicamente norma, construída primeiro em relação ao corpo físico e político da Ibéria, e que levou à independência do reino de Portugal, na excepcional e narrativamente mediada pelo milagre batalha de Ourique e posteriormente reafirmada na não menos milagrosa batalha de Aljubarrota; esta espécie de vocação para a excepcionalidade (e é importante a distinção que Roberto Vecchi estabelece entre exceção e excepcionalismo) estava inscrita na própria geografia do país, desde cedo apontada por Zurara na primeira crónica da expansão, a Crónica da Tomada de Ceuta – «cá nós de uma parte nos cerca o mar e da outra temos muro no reino de Castela» (Zurara, 1992: 52). A ideia de cerco, veiculada pela expressão de Zurara, é libertada e reescrita por Luís de Camões, quando, em Os Lusíadas, elevou o que era a priori uma condição geográfica bloqueadora à condição de identidade de uma pátria em expansão, descrevendo o «Reino Lusitano» como uma terra «Onde a terra se acaba e o mar começa» (1992, III, 20: 64), e os portugueses como o povo eleito do Ocidente para empreender a viagem marítima em busca do Oriente, em busca de uma «outra terra [que] comece» e onde o «mar acabe» (Camões, 1992: V, 14: 126), ou seja, das terras que em breve veríamos como nossas, dando origem ao império.

No movimento imprimido pela viagem narrada no poema, que liga a origem dos navegantes – o Ocidente – ao mundo desconhecido – o Oriente –, está a génese da elaboração de um discurso identitário fundador de excepção. A este aspecto junta-se um outro elemento fundador da condição moderna de Portugal: o seu papel pioneiro de mediador dos mundos, que eleva a condição de fronteira de Portugal, descrita por Zurara, a um elemento de comunicação e de domínio entre os mundos. Esta imagem duplamente central configura Portugal face à Europa como o descobridor dos novos mundos, que, através de si, ganham existência – «as novas partes do Oriente / Que vós outros agora ao mundo dais» (Camões, 1992, X, 138: 281), nas palavras de Tétis a Vasco da Gama, quando lhe apresenta «a máquina do mundo»; e a de Portugal face aos variados Outros, como representante da Europa. O movimento oceânico deste duplo olhar – olhando para a Europa e para o Atlântico – em busca da universalidade consagra Portugal como o centro da expressão de todo o ideário do Renascimento e desde então a posição histórica que Portugal assume perante a *communitas* ocidental e cristã da Europa baseia-se no que Roberto Vecchi vai chamar «simulacro atlântico de Império e no seu pioneirismo excepcional», ou seja, baseia-se no momento histórico do país que deu início ao movimento oceânico com que a Europa durante séculos criou futuro e escreveu a sua história como se fosse a história universal. Portugal e a Península estavam então permanentemente em marcha deslumbrante e deslumbrada, rumo a algo do qual regressavam, reactualizando e reescrevendo modernamente a metáfora do regresso, sobre a qual se construiu o imaginário da narrativa histórica europeia desde Ulisses. Nesta linha europeia moderna, Portugal fez futuro, escrevendo a vanguarda das partidas europeias. Mas rapidamente Portugal deixou de ser contemporâneo desse futuro, como aliás já está bem presente na epopeia camoniana, o que explica que o poeta, que iniciou a sua epopeia clamando para que a Musa antiga não mais cantasse porque «outro valor mais alto se alevanta», o terminasse melancolicamente, apelando para que se pusesse «na coíça freio! E na ambição também» (1992: IX), esclarecendo assim os contornos da «apagada e vil tristeza» em que encontrava a sua pátria mergulhada. Este passado glorioso tornou-se como o único passado que justificava os nossos presentes, também eles vividos como excepcionais. Mas era um passado mitificado, um passado comemorado em presentes em que já não éramos marinheiros, descobridores, senhores de oceanos, «da Conquista, da Navegação, do Comércio, da Etiópia, da Arábia, Pérsia e Índia», como se assinalava na titulação régia de D. Manuel I. O sentido fúnebre com que desde então o império português sobreviveu, criou, ou, talvez melhor, consolidou o regime de excepção, a «excepção atlântica» nas palavras de Roberto Vecchi, apoiada nessa época da expansão em que Portugal criou futuro. Instalou-se então um sentimento de luto e de melancolia – dois tópicos fundamentais do presente livro – pelo império perdido, combinado com uma fantasia de o voltar a ter, transcrito respectivamente ora num discurso de perdição, ora num discurso de exaltação, que abriu uma nova fase do regime de excepção.

Roberto Vecchi vai focalizar a sua análise no momento histórico em que o império explode real e metaforicamente nas mãos dos portugueses e cujos estilhaços estão registados na literatura da Guerra Colonial. De facto, para o autor do presente livro, a literatura da Guerra Colonial é um modo – um dos muitos possíveis – para reflectir sobre Portugal, e sobre o império colonial. Fá-lo a partir de uma constelação conceptual extremamente rica que combina os grandes tópicos da reflexão teórica relacionada com a projecção do trauma no horizonte cultural moderno – memória e rememoração, restos e rastos, luto, melancolia, trágico, violência, representação e excepção – com aquela que, também modernamente, apresenta a projecção do trauma no horizonte individual – experiência, testemunha, autor póstumo, mas também perda (do Ultramar, da vida, da juventude, da inocência, da paz) e culpa (pessoal, colectiva, transposta) entre outros. Na conjugação teórica destas reflexões encontra-se um pensamento extremamente rico e inovador pelas combinações que oferece, pelos desafios que lança (basta olharmos para o índice cuidadosamente elaborado e anotado) sobre a modernidade ocidental, tendo como «estudo de caso» o contexto português de pensar a nação e o império, a partir da análise das representações literárias e não literárias da Guerra Colonial. Uma guerra significativamente sem nome, que corporiza a parte de uma história que resiste a encontrar os seus nomes, quer pela impossibilidade efectiva de nomeação, quer pela nomeação que dela foi feita, ora pelo silêncio, ora por um discurso que escamoteia a violência a partir dos tópicos de uma retórica luso-tropical. Por isso, um outro eixo de reflexão capital deste livro é empreendido em torno do luso-tropicalismo – «o dispositivo que favorece uma troca constante de norma e excepção, e, melhor dizendo, de exceção e exemplo» –, e portanto o discurso que mais tem resistido à descrição crítica do mundo que o português criou, mas também do mundo que criou o português. Nessa medida, e na visão de Roberto Vecchi, este discurso e as suas várias declinações têm inviabilizado as tentativas para se poder escrever uma história compartilhada da experiência traumática da Guerra Colonial porque as narrativas de nação – e as ideologias que as sustentam – seriam colocadas perigosamente em jogo. Assim, e como a comunidade não se imagina pela Guerra Colonial – mas antes através das várias versões de um discurso luso-tropical –, dela nunca poderá ser construída uma memória compartilhável e portanto nacional. Desta forma, o império permanece na memória nacional ora como o fantasma, ora como a fantasia da nossa excepcionalidade, dependendo da experiência dos sujeitos que detêm a memória e, nesta lógica, o poder de narrar. Daí a disputa de memórias – a guerra de memórias, de que falam os franceses – sobre um episódio que assumidamente coloca sob suspeita a excepção portuguesa imperial, fundada sobre o mito imperial e todas as suas reelaborações ao longo do século XX, e de que o luso-tropicalismo é o discurso feliz que nos coloca num eterno «paraíso tropical» (a expressão é de Amílcar Cabral), real ou imaginário.

Como bem intui Roberto Vecchi, a literatura da Guerra Colonial parecia assim desempenhar um «papel vicário, preenchendo um vácuo e correspondendo ao mesmo tempo à urgência de uma institucionalização não monumental do passado» que pudesse fundar

*uma memória pública, enterrando assim o cadáver do império, dando-lhe uma boa morte. Mas poderia o império português ter uma boa morte, um corpo bem enterrado? Seguramente que não, pois como diz Roberto Vecchi «os mortos da guerra não se deixam enterrar, são uma parte de um todo maior, uma sinédoque denegada de um corpo biológico problemáticamente reconduzível a um corpo político: o cadáver de Portugal», de que a literatura da Guerra Colonial seria antes um potencial cemitério inquieto. Cemitério de cadáveres com a espessura de séculos, frutos não apenas de uma guerra falhada, mas da história traumática de um país que se perdeu no Ultramar, e que, em nome da excepção, ainda não foi possível inumar e nomear. Trata-se, como diz Roberto Vecchi, de um «cadáver que resiste a entrar no túmulo, que continua a falar e a espreitar, como o pai de Hamlet». Mas, como diz o autor, «o que se vela não é apenas o império perdido, mas também a culpa – o outro fantasma –, a culpa que se repete e não se deixa apagar», como cicatriz de um passado inscrito na pele e na pele do texto, enquanto espaço de tentativa de salvar da perda essa mesma cicatriz, cujas «origens dispersas e genealógicas geram o risco de se tomarem cada vez mais desfocadas ou inapreensíveis».*

*O quadro sob análise neste livro não poderia ser mais desafiante para tentar esboçar um discurso crítico sobre Portugal a partir de um dos pontos mais fracturantes da história portuguesa recente e das suas representações. E é esse o desafio a que Roberto Vecchi se lança neste livro, levando-nos a reflectir sobre Portugal de uma forma teoricamente provocante, absolutamente inovadora e distinta do que até agora tem vindo a ser feito.*

Margarida Calafate Ribeiro

#### Referências bibliográficas:

- CAMÕES, Luís de (1992), *Os Lusíadas*, Leitura, pref. e notas de Álvaro Júlio da Costa Pimpão, apres. de Aníbal Pinto de Castro (1.ª ed., 1572), Lisboa: Instituto Camões.
- LOURENÇO, Eduardo (1999), *Portugal como Destino. Dramaturgia Cultural Portuguesa*, Lisboa: Gradiva.
- ZURARA, Gomes Eanes de (1992), *Crónica da Tomada de Ceuta*, introd. e notas de Reis Brasil, Mem Martins: Publicações Europa-América.